

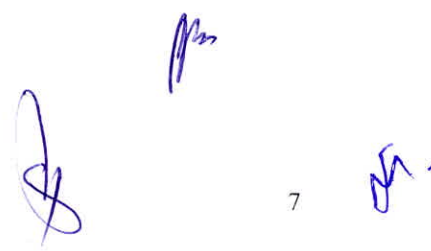
**COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
DO ESTADO DA BAHIA – PRODEB****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais, excluídos os centavos)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB – é uma sociedade por ações, de economia mista, vinculada à Secretaria de Administração - SAEB, instituída nos termos da Lei nº 3.157 de 01 de outubro de 1973. O endereço registrado do escritório da Companhia é: Avenida 4, nº 410, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador, Bahia, Brasil, CEP 41745002.

A Companhia tem por objetivo, prover soluções com Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para modernizar e aprimorar a gestão governamental e o relacionamento com a sociedade. Nesse contexto, a Prodeb apresenta no seu portfólio atual, serviços de processamento de dados, data center, conectividade, desenvolvimento e sustentação (sistemas, aplicativos, sites e portais), soluções aplicativos, entre outros, inclusive de assessoramento técnico aos órgãos da administração pública em geral, contando, hoje, com cerca de 90 clientes entre secretarias, órgãos e instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de prefeituras, dos quais destacamos entre seus maiores clientes as seguintes secretarias estaduais de governo: SAEB, SEFAZ, SEC, SSP e SESAB/FESBA.

Na conectividade, encontram-se em operação 2.903 pontos da Rede Governo em 417 municípios da Bahia, bem como 6 gigabytes de conexão de internet. Ademais, no campo das Infovias, foram instalados 42 km de fibra óptica interligando 52 pontos (órgãos) na área do CAB – Centro Administrativo da Bahia – e mais 700 km com velocidade gigabit interligando 607 pontos de acesso a órgãos do governo do Estado em Salvador, por meio de 9 pontos de presença (POP).

No Data Center da PRODEB encontra-se a maior Sala-Cofre do Norte/Nordeste e terceira maior do país entre as empresas públicas de TI estaduais, disponibilizando 202 metros quadrados de espaço físico e foi responsável pelo bloqueio de mais de 178 milhões de ataques cibernéticos, em 6 meses. Atualmente, possui cerca de 1.510 servidores com 1.651 sites hospedados e 1.756 servidores virtuais, monitorados e com suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias na semana, além de possuir capacidade de armazenamento de 1.7 petabytes.



Handwritten signatures in blue ink are present at the bottom right of the page. A small number '7' is also visible near the bottom right corner.

A PRODEB é responsável pela hospedagem, e em muitos casos também a manutenção, de diversos sistemas corporativos e estratégicos do Estado. Os principais na plataforma alta (mainframe) são: RH, Sicof, Identificação Civil e Criminal, Acompanhamento Hospitalar; e na plataforma baixa (servidores): Fiplan, Sistema SG2019 (Channel), Serviço de Automação de Processos, SGE (Sistema de Gestão Escolar), Siag (Sistema Integrado de Agenda do Governador), Licenciamento Integrado, RH-Bahia, Sistema Eletrônico de Informações (SEIBAHIA), TAG OGE (Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública) e SAC DIGITAL.

A PRODEB promoveu soluções tecnológicas de modernização e relevância estratégica para gestão governamental, dentre as quais destacamos a plataforma de serviço SAC Digital que vem sendo mais difundida entre os órgãos e entidades para oferta de serviços ao cidadão; a plataforma que atende a Sefaz Virtual; a implantação do sistema de saúde e gestão hospitalar AGHuse que vem se expandindo pelo Estado, e uso cada vez mais intensivo de ferramentas de BI, Analytics e Big Data para aprimoramento da gestão pública.

Em 2019, a Prodeb contabilizou lucro de R\$ 3.907.211. Este efeito positivo decorre, notadamente, do seu resultado operacional, com a diminuição das despesas gerais e administrativas (mais notadamente às relativas à folha de pagamento), ajustes tributários diferidos referentes a créditos oriundos de prejuízo fiscal.

Vale ressaltar que o referido lucro do exercício será absorvido pelo prejuízo acumulado da Companhia.

A Prodeb alcançou melhoria no índice de liquidez corrente de 1,68 em 31.12.2019, frente a 1,30 em 31.12.2018 e se manteve regular com os compromissos fiscais e previdenciários.

Para cumprir seu objetivo principal quanto a concepção, o provimento e a integração de soluções e serviços de tecnologia da informação e comunicação, compreendendo a produção, o armazenamento, a transmissão, o acesso, a segurança e o uso das informações, aos órgãos e entidades da administração pública do Estado da Bahia, a Prodeb vem aplicando uma visão evolutiva de tecnologia com modelo financeiramente auto-sustentável, inserido no contexto de governança definido pelo Sistema de Gestão de Tecnologia e Comunicação do Estado da Bahia – SGTIC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, Lei 13.303/2016, normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como pelos Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovadas pela Resolução CFC nº 1.255/2009.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de instrumentos financeiros não derivativos.

2.3 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras estão apresentadas nesta moeda, excluídos os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Por conseguinte, os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Determinadas mensurações necessitam do julgamento da Administração no processo de registro de estimativas contábeis. Entre os ativos e passivos significativos que estão sujeitos a essas estimativas e premissas incluem parte das contas a receber (PECLD), os tributos a recuperar, e provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

2.5 Descrição das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros derivativos são aqueles que oscilam em função de mudanças nas taxas de câmbio, juros, valores mobiliários, índices, dentre outros fatores, como operações de hedge, operações de opções ou compra e venda de moedas estrangeiras a termo.

Os instrumentos financeiros não-derivativos são classificados inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados ao valor provável de realização na data de encerramento das demonstrações financeiras.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição.

d) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e deduzido da depreciação calculada sobre o valor de cada bem pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pelo laudo de Avaliação Patrimonial, bem como pela legislação tributária e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

e) Intangível

Os bens integrantes do ativo intangível correspondem aos gastos associados à aquisição de sistemas e programas de informática, dos quais são esperados benefícios econômicos futuros com a sua utilização e são amortizados segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos apurados em base *pró-rata* dia e as variações monetárias incorridas.

g) Apuração do resultado

O resultado do exercício (receitas, custos e despesas), apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Os ativos são revistos para identificar perdas por *Impairment* sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *Impairment* é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as adições e exclusões ao prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para o período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa Geral	19.372	14.861
Bancos	58.768	110.287
Aplicações Financeiras	2.330.720	1.197.237
Total	2.408.860	1.322.385

As aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa por serem de curtíssimo prazo e de alta liquidez.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2019	2018
Secretaria da Adm. do Estado da Bahia	13.900.461	8.084.826
Fundo Estadual de Saude - SESAB	2.659.524	1.632.731
Dep. Est. de Trânsito do Estado da Bahia	2.130.514	574.713
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	1.104.177	1.140.772
Sec. de Educação do Estado da Bahia	842.602	1.890.653
Polícia Civil – Sec. Segurança Pública	832.647	291.193
Empresa Baiana de Alimentos S/A	687.478	687.478
Sec. daSeg Pública do Estado da Bahia	537.402	357.222
Sec Justiça, Dir Hum e Desenv Social	504.239	274.998
Tribunal de Contas dos Municípios	271.892	261.532
Sec. de Infraestrutura do Est da Bahia	263.284	132.270
Corpo De Bombeiros Militar Da Bahia	260.319	-
Sec. do Planejamento do Estado da Bahia	197.372	395.696
Secretaria do Turismo do Estado da Bahia	192.785	175.610
Ag. Est. R. S. P. de E, T e Com da Bahia	179.707	2.596
Superint. Desen. Industrial e Comercial	177.357	225.889
Sec. de Com Social do Estado da Bahia	173.975	56.329
Sec Agricultura Pec, Irrig, Pes e Aquic	148.986	-
Cia de Des. Urbano do Estado da Bahia	144.961	52.030
Secretaria de Desenvolvimento Rural	134.187	24.617
Universidade do Estado da Bahia	112.233	661.242
Sec .Trab, Emp, Renda e Esp Est da Bahia	81.907	455.245
Sec. do Meio Ambiente do Estado da Bahia	-	720.887
Ser Bra de Apoio às Micro e Peq Empresas	-	373.757
Outros	1.568.766	1.783.552
(-) Créditos a identificar	(236.615)	(49.653)
(-) PECLD	(922.018)	(632.985)
Total	25.948.142	19.573.200

Perdas estimadas

A Companhia possui contas a receber no montante de R\$ 25.948.142 (Em 2018, R\$ 19.573.200), dos quais R\$ 922.018 (Em 2018, R\$ 1.126.301) foram emitidos há mais de um ano. A composição pode ser assim demonstrada:

Ano	2019	2018
2011	-	98.494
2012	-	110.940
2016	70.974	99.064
2017	360.378	817.803
2018	490.666	19.129.537
2019	26.184.757	-
(-) Créditos a identificar	(236.615)	(49.653)
(-) PECLD	(922.018)	(632.985)
Total	25.948.142	19.573.200

O reconhecimento de perda por não recebimento de ativos financeiros foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração.

No exercício de 2019, a Empresa contabilizou complemento de Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD no montante de R\$ 289.033, no resultado do exercício. O saldo corresponde a 100% dos títulos vencidos há mais de um ano.

Em 2018, a Companhia constituiu provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, considerando os critérios fiscais para dedutibilidade estabelecidos no art. 340 do Decreto nº 3.000/1999 (RIR/99), e art. 347 do Decreto nº 9.580/2018, que substituiu o diploma anterior, a partir de 22 de novembro de 2018.

5. ESTOQUES

	2019	2018
Almoxarifado	759.060	626.270
Total	759.060	626.270

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são representados, basicamente, por materiais de escritório, limpeza, elétricos, lógicos, de manutenção de computadores e de instalações de redes.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Correntes</u>		
Pagamentos da Lei nº 13.496/17 (PERT)	1.404.626	1.327.750
Saldo negativo de IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	84.523	2.606.063
Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”	68.003	125.833
Saldo negativo de CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	10.737	940.126
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	48.070	45.384
Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)	-	792.764
Outros	53.771	55.100
<u>Diferidos</u>		
IRPJ	1.105.882	-
CSLL	398.118	-
Total	<u>3.173.730</u>	<u>5.893.019</u>
No ativo circulante	265.104	931.969
No ativo não circulante	2.908.626	4.961.050

Tributos correntes

Pagamentos da Lei nº 12.996/2014 (REFIS Copa)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.996/2014. Os débitos incluídos no parcelamento se referiam ao IRPJ e CSLL apurados, mensalmente, nos exercícios de 2012 e 2013, pelo método de suspensão e redução. Em 2016, parte desses débitos foi objeto de revisão fiscal, que apurou crédito de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 2.393.266 e foi devidamente registrado como tributo a recuperar, tendo em vista o protocolo de pedido de revisão cumulado com restituição fiscal, PAF RFB nº 10580.728941/2017-38. Até o momento, o referido processo administrativo fiscal ainda não foi apreciado pela Receita Federal do Brasil, contudo passou a ser do entendimento da Administração que a recuperabilidade desse montante é improvável e foi realizada a baixa no montante de R\$ 2.938.960 referente ao crédito, em 2019.

Pagamentos da Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise)

No exercício de 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento de que trata a Lei nº 12.973/2014 (REFIS Crise). Os débitos incluídos no parcelamento se referiam ao saldo remanescente do Parcelamento Especial – Refis IV, instituído pela Lei nº 11.941/2009. Em junho de 2017, o referido parcelamento foi homologado e liquidado pela Secretaria da Receita Federal, sendo apurado saldo remanescente de crédito tributário (pagamentos a maior), em favor da Companhia. Em 2019, a Receita Federal efetuou a restituição do montante atualizado de R\$ 798.735.

Pagamentos da Lei nº 13.496/2017 (PERT)

Em decorrência da consolidação e liquidação, em 2018, do parcelamento regulado pela Lei nº 13.496/2017 (PERT – Programa Especial de Regularização Tributária), constatou-se pagamento a maior, na monta de R\$ 1.327.750, conforme extrato da negociação da Receita Federal, o que se caracteriza como crédito fiscal para ser amortizado em parcelas futuras e, portanto, reconhecido pela Cia. como crédito fiscal. O crédito vem sendo atualizado, montando R\$ 1.404.626, em 31/12/2019.

Esse direito foi objeto de pedido administrativo fiscal nº 10580.722092/2019-71 para reconhecimento de crédito. Até o momento, o referido processo administrativo fiscal ainda não foi apreciado pela Receita Federal do Brasil.

Tributos diversos – pagamentos indevidos e/ou “a maior”

O saldo dessa conta se refere a pagamentos efetuados pela Companhia no exercício de 2014, em duplicidade, por erros de migração de sistema, relativos a valores de tributos retidos de fornecedores sobre serviços prestados à Prodeb (IRRF, Pis, Cofins e Contribuição Social retidos na fonte e ISS), devidos no exercício de 2013.

Em 2019, foi realizada a baixa de R\$ 64.684, sendo R\$ 62.185 referente a restituição do crédito pleiteado realizada pela Receita Federal e Sefaz Municipal e o montante de R\$ 2.499 relativo a indeferimento de processo pelo órgão fiscalizador municipal.

O saldo remanescente foi objeto de pedido de restituição na Prefeitura de Salvador (ISS) ou aguarda fiscalização da Receita Federal (malha fiscal) para providências no sentido de ser requerida a restituição ou a sua baixa definitiva, a depender da conclusão desse órgão.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL, conforme demonstrado abaixo:

Movimentação ocorrida no exercício de 2018:

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	12.755.192	-	(3.445.760)	9.309.432
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	7.386.690	-	-	7.386.690
Ano-calendário 2016	20.047.275	-	-	20.047.275
	45.822.674	-	(3.445.760)	42.376.915
<u>Tributos diferidos não reconhecidos</u>				
IRPJ	11.455.669	-	(861.440)	10.594.229
CSLL	4.124.041	-	(310.118)	3.813.922
	15.579.710	-	(1.171.558)	14.408.151

Movimentação ocorrida no exercício de 2019:

	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2019</u>
<u>Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL</u>				
Anos-calendários anteriores a 2011	9.309.432	-	(3.752.586)	5.556.847
Ano-calendário 2012	4.967.869	-	-	4.967.869
Ano-calendário 2014	665.648	-	-	665.648
Ano-calendário 2015	7.386.690	-	-	7.386.690
Ano-calendário 2016	20.047.275	-	-	20.047.275
	42.376.915	-	(3.752.585)	38.624.329
<u>Tributos diferidos</u>				
IRPJ	10.594.229	-	(938.146)	9.656.083
CSLL	3.813.922	-	(337.733)	3.476.190
	14.408.151	-	(1.275.879)	13.132.272

As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Do saldo de R\$ 13.132.272, foi reconhecido o montante de R\$ 2.779.879, no resultado do exercício, dos quais foram compensados R\$ 1.275.879 em 2019. O Ativo Diferido registrado foi baseado em laudo de avaliação dos créditos fiscais, mediante análise de lucratividade futura, elaborado por consultoria especializada. Do saldo residual de R\$ 1.504.000, o montante de R\$ 1.105.882 referia-se a IRPJ e R\$ 398.118 a CSLL.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentada sem premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 2018, a Administração da Companhia constatou que os termos requeridos no Pronunciamento Técnico CPC PME, seção 29 – Tributos sobre o Lucro para reconhecimento de ativo fiscal diferido – não foram totalmente atendidos, motivo pelo qual não foi reconhecido o montante

Em 2019, houve retificação do Prejuízo Fiscal e da Base Negativa de CSLL, do ano-calendário 2018 decorrente de revisão de apuração.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais têm intuito de cobrir possíveis desembolsos com indenizações cíveis e trabalhistas e são atualizados com base das informações oficiais (extratos) das instituições financeiras nas quais a Companhia possui contas vinculadas.

	2019	2018
Ações trabalhistas	343.836	430.499
Ações cíveis	1.533.770	642.479
Total	1.877.606	1.072.978

8. IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado da Companhia pode ser demonstrada como segue:

Bens	Taxa de depreciação %	2019		2018	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	951.196	(813.026)	138.169	172.370
Veículos	20	366.476	(324.150)	42.325	53.613
Instalações e benfeitorias	10	1.532.776	(132.477)	1.400.299	448.402
Equipamentos	20	33.767.408	(32.423.924)	1.343.484	1.108.007
Computadores e periféricos	20	7.452.487	(5.638.694)	1.813.793	1.001.782
Computadores e periféricos – grande porte	10	17.797.878	(4.449.470)	13.348.408	7.376.537
Imóveis – Sala Cofre	05	9.521.396	(3.566.270)	5.955.126	14.238.302
Total		71.389.617	(47.348.011)	24.041.606	24.399.013

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2019
Móveis e utensílios	967.482	-	(16.286)	-	951.196
Veículos	366.476	-	-	-	366.476
Instalações e benfeitorias	518.137	1.217.325	-	(202.686)	1.532.776
Equipamentos	6.637.727	976.096	(161.336)	-	7.452.487
Computadores e periféricos	33.249.550	438.421	(592.522)	671.959	33.767.408
Computadores e periféricos grande porte	9.990.669	-	-	(469.273)	9.521.396
Imóveis – Sala Cofre	17.797.878	-	-	-	17.797.878
	69.527.919	2.631.842	(770.144)	-	71.389.617

[Handwritten signatures]

[Handwritten mark]

Movimentação do custo do ativo imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
Móveis e utensílios	1.007.776	8.786	(49.080)	-	967.482
Veículos	310.040	56.436	-	-	366.476
Instalações e benfeitorias	190.208	327.929	-	-	518.137
Equipamentos	6.288.723	364.980	(15.976)	-	6.637.727
Computadores e periféricos	41.973.354	857.564	(1.693.493)	(7.887.875)	33.249.550
Computadores e periféricos grande porte	-	2.102.794	-	7.887.875	9.990.669
Imóveis – Sala Cofre	17.797.878	-	-	-	17.797.878
	67.567.979	3.718.489	(1.758.549)	-	69.527.919

No exercício de 2018, a Prodeb realizou trabalho de *Impairment* através da contratação de empresa especializada para avaliação da recuperabilidade e revisão da vida útil e do valor residual dos bens mais relevantes e integrantes do ativo Imobilizado e intangível da Cia. Todos os ativos tangíveis e intangíveis da PRODEB passaram no teste de *Impairment* pelo valor em uso e provaram sua recuperabilidade, no exercício financeiro de 2018, sem quaisquer indícios de perda por desvalorização ou necessidade de ajustes dos valores contábeis reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Em 2019, não foram identificados quaisquer indícios de desvalorização dos ativos permanentes da Cia. por fatores internos ou externos capazes de modificar as expectativas de operação normal dos bens geradores de receita para a Prodeb, nos termos determinados pelas orientações contábeis retratadas acima.

9. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível da Companhia pode ser demonstrada como segue:

Bens	Taxa de depreciação %	2019		2018	
		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	10.203.914	(5.355.503)	4.848.411	66.532
Total		10.203.914	(5.355.503)	4.848.411	66.532

Movimentação do custo do ativo intangível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Software	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2019
		5.395.159	4.808.755	-	-
	5.395.159	4.808.755	-	-	10.203.914

No exercício de 2019, a Prodeb adquiriu licença de software de Backup com licenciamento perpétuo por Máquina Virtual no montante de R\$ 4.731.994.

Movimentação do custo do ativo intangível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Software	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2018
		5.631.147	27.170	(263.158)	-
	5.631.147	27.170	(263.158)	-	5.395.159

10. FORNECEDORES

	2019	2018
Produs Produtos e Soluções para Informática LTDA.	4.762.559	-
C.A. Programa de computadores part. E serviços Ltda.	2.644.985	1.758.973
MI Montreal Informáticas S.A.	555.759	841.988
MAP Serviços de Segurança Eireli	259.333	109.289
Solutis Tecnologia LTDA	203.054	-
Green4T Solução TI Ltda.	195.348	195.348
Coelba	155.314	148.108
IBM Brasil Ltda.	152.944	205.050
Ensel Engenharia e Serviços Especiais LTDA	148.229	-
Green Card S/A Refeições Comercio e Serviços	129.487	-
Daten Tecnologia LTDA	116.747	-
Avansys Tecnologia Ltda.	116.048	226.838
Login Informática Com. Rep. LTDA	91.848	-
Allen Rio – Serviço e Comércio de Informática	70.707	35.355
Comdados Comércio e Serviços Eletrônicos	21.308	1.566.342
Hasky Automação e Tecnologia da Informação Ltda.	-	628.299
Lanlink Soluções e Comércio em Informática S.A	-	581.235
Decision Serviço de Tecnologia da Informação Ltda.	-	542.667
CMS Conservação de Imóveis e Serviços Ltda.	-	99.545
Outros	589.101	747.723
Total	10.212.771	7.686.760
No passivo circulante	6.933.723	6.857.207
No passivo não circulante	3.279.048	829.553

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	2019	2018
Contribuição previdenciária (INSS)	1.181.637	1.135.349
FGTS – Fundo de garantia do tempo de serviço	558.003	-
Outros	31.322	31.783
Total	1.770.962	1.167.132

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Parcelamentos tributários		
ISS – Instrumento de acordo	985.929	1.920.471
Tributos a recolher		
IRPJ a recolher	420.788	-
CSLL a recolher	169.079	-
COFINS a recolher	506.789	451.725
Imposto de renda retido na fonte	1.409.395	1.693.275
ICMS a recolher	548.291	518.636
PIS a recolher	109.837	98.002
ISS retido	96.724	74.401
Outros	134.765	267.159
Total	<u>4.381.597</u>	<u>5.023.670</u>
No passivo circulante	4.381.597	4.063.434
No passivo não circulante	-	960.236

Em 2018, o saldo do Passivo Não Circulante referia-se ao parcelamento tributário de ISS efetuado junto à Sefaz Municipal.

ISS – Instrumento de acordo

Em 03 de dezembro de 2012, a Companhia protocolou junto a Secretaria da Fazenda o instrumento de acordo com o Município de Salvador para quitação do débito de ISS, relativo aos exercícios de 2001 a 2006, cuja cobrança deu-se através da Notificação de Lançamento nº 1.904/2006. O Município concordou em rever os cálculos relativos ao tributo supramencionado, excluindo multa de infração, multa de mora e juros moratórios.

Conforme instrumento de acordo, os valores dos débitos tributários apurados atingiam, à época, a quantia principal de R\$ 3.304.272, os quais serão liquidados em 96 (noventa e seis) parcelas, acrescidas de juros de financiamento de 1% (um por cento) ao mês, calculados pela tabela *price*, vencendo a primeira no último dia do mês de janeiro de 2013 e as demais no dia 20 dos meses subseqüentes. Os valores serão atualizados mensalmente pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice, na forma da lei.

Quantidade de parcelas restantes		Saldo – R\$	
2019	2018	2019	2018
12	24	985.929	1.920.471
Circulante		985.929	960.236
Não circulante		-	960.236

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, para os quais vem apresentando defesas e recursos judiciais cabíveis. Contudo, alguns destes, particularmente os mais relevantes, ainda não apresentam uma definição clara quanto aos seus desfechos.

A Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, constituiu provisão para eventuais perdas com contingências, no montante de R\$ 11.290.671 (Em 2018, R\$ 6.732.808), conforme composição a seguir:

	2019	2018
Ações trabalhistas	3.629.946	2.064.208
Ações cíveis	7.660.725	4.668.600
Ações tributárias	-	-
Total	11.290.671	6.732.808

Trabalhistas

Dentre os processos trabalhistas provisionados, destacam-se os listados a seguir:

Processos Trabalhistas	2019	2018
0001277-89.2017.5.05.0002	1.680.939	-
0001395-81-2016-5-05-0008	597.831	589.338
0024800-06.2009.5.05.0037	570.353	570.354
0001306-30.2017.5.05.0006	246.596	242.938
0001143-93.2016.5.05.0003	123.680	121.767
0010440-17.2013.5.05.0008	88.343	-
0001176-29-2016-5-05-0021	74.567	118.799
0070000-87.2009.5.05.0020	68.533	57.686
0001479-73.2017.5.05.0032	47.122	-
0000752-05.2016.5.05.0015	30.302	235.960
0001359-28.2015.5.05.0023	-	-
0034500-64.2008.5.05.0029	-	-
0118300-66.2008.5.05.0036	-	-
Outros processos	101.680	127.366
Total	3.629.946	2.064.208

Do total das causas trabalhistas ativas em 2019, R\$ 655.866 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível, que não foram provisionados pela Cia.

Cíveis

A Companhia possui demandas judiciais cíveis, para as quais foi constituída provisão no montante de R\$ 7.660.725.

Dentre os processos cíveis provisionados, destacam-se os listados abaixo:

Processos Cíveis	2019	2018
0085118-19.2006.8.05.0001 *	4.800.519	2.340.399
0408874-71.2012.8.05.0001	1.373.909	1.021.705
0501456-17.2017.8.05.0001	923.879	864.597
0158249-27.2006.8.05.0001	478.218	441.898
Outros processos	84.200	-
Total	7.660.725	4.668.600

Do total das causas cíveis ativas em 2019, R\$ 499.580 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível, que não foram provisionados pela Cia.

***Processo nº 0085118-19.2006.8.05.0001 (Telematic Tecnologia Ltda.)**

A principal demanda cível da Companhia está relacionada ao processo de cobrança nº 0085118-19.2006.8.05.0001, cujo valor total da causa atualizado corresponde a R\$ 92.639.790, movido pela Telematic Tecnologia Ltda. contra a Prodeb. Esse pleito se refere à cobrança de reajustes dos valores contratados, incidência de atualização monetária, juros e multas sobre atrasos nos pagamentos, indenização por lucros cessantes e danos morais.

A grande maioria dos pedidos formalizados nessa demanda judicial foi classificada pelos assessores como de êxito remoto, que correspondem a R\$ 67.211.897. Contudo a parte referente aos contratos nº 97/1108-01, nº 97/1112-01, nº 99/0028-01, nº 97/0097-01, nº 96/1066/01, nº 96/1067-01, onde é discutida previsão de reajustamento de preço, foi indicada como de êxito possível e corresponde a R\$ 25.427.893 de débito, atualizado até dezembro de 2019.

A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, considerando a relevância do montante envolvido nesse processo judicial e orientada pelo princípio da prudência, constituiu, no exercício de 2019, a provisão de R\$ 2.460.119, que corresponde a aproximadamente 10% do valor estimado da perda possível nesse processo, já que foi pontuado pelos advogados um cenário de longo prazo desfavorável, em parecer.

Tributárias

De acordo com o relatório dos assessores jurídicos, as demandas ativas de natureza tributária da Companhia não representam contingências que impliquem na constituição de provisões, pois as mesmas já estão devidamente reconhecidas contabilmente, como passivos tributários.

Do total das causas tributárias ativas em 2019, R\$ 678.717 correspondem aos processos classificados pelos assessores jurídicos como de êxito possível, que não foram provisionados pela Cia.

A Companhia possui registro, na situação fiscal perante a Receita Federal do Brasil, quanto a débitos tributários pendentes de resolução. Os processos administrativos estão apresentados no quadro a seguir:



Processos Administrativos Fiscais (Situação Fiscal)

Parcelamento Previdenciário com exigibilidade suspensa – RFB:

625170873 – PERT Lei nº 13.496/17, art. 2º, III, a; entrada à vista + única parcela

Parcelamento Tributário (Demais Débitos) com exigibilidade suspensa – RFB:

00710001200033669881823 – PERT IIIa

Tributos federais com exigibilidade suspensa – RFB:

10580.725.791/2017-19 – Em fase de julgamento da impugnação

10580.901.444/2018-71 – Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

10580.901.445/2018-16 – Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

10580.901.557/2018-77 – Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

10580.901.558/2018-11 – Em fase de julgamento da manifestação de inconformidade

Os registros contábeis e as operações da Companhia estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 97.605.874 (em 2018, R\$ 97.605.874), conforme demonstrado a seguir:

	Capital social	
	2019	2018
Subscrito e integralizado	97.605.874	97.605.874
	97.605.874	97.605.874

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado, independente de reforma estatutária, pelo Conselho de Administração, com anuência prévia do Conselho Fiscal, até o limite de R\$150.000.000, mediante a emissão de ações ordinárias.

15. RECEITA BRUTA

	2019	2018
Processamento	61.461.392	61.824.101
Intensivo em mão de obra	33.371.683	44.245.519
Conectividade	24.353.071	25.642.022
Armazenamento	357.698	295.497
Total	119.543.844	132.007.139

Os valores destacados acima demonstram o faturamento bruto e não estão líquidos dos cancelamentos incorridos. Abaixo, demonstramos os cancelamentos registrados:

	2019	2018
Processamento	(1.560.617)	(1.192.054)
Intensivo em mão de obra	(1.113.057)	(3.132.818)
Conectividade	(292.507)	(367.306)
Armazenamento	-	-
Total	(2.966.181)	(4.692.178)

16. TRIBUTOS SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

	2019	2018
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	(8.504.741)	(9.676.085)
ISS – Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(5.399.124)	(6.084.174)
Contribuição previdenciária (INSS)	(5.245.995)	(5.725.693)
PIS – Programa de Integração Social	(1.846.127)	(2.100.733)
ICMS	(174.031)	(150.145)
Total	(21.170.018)	(23.736.830)

CPRB

A contribuição previdenciária (INSS) sobre a receita bruta foi instituída pela Medida Provisória nº 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com efeitos a partir de dezembro de 2011. A partir de dezembro de 2015, a alíquota foi majorada de 2% para 4,5% sobre o faturamento. Após a promulgação da Lei 13.670/2018, foi garantido às empresas de tecnologia da informação o recolhimento da CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – à alíquota de 4,5% até 31 de dezembro de 2020.

PIS e Cofins

Após consulta formal à Receita Federal, a Prodeb passou, a partir do mês de outubro de 2019, a apurar a contribuição para o PIS e a COFINS pelo regime misto, considerando que parte do seu faturamento está vinculado a receitas sujeitas às normas da cumulatividade e outra parte a não-cumulatividade. A Companhia efetuava o cálculo contemplando todo seu faturamento pela metodologia da não-cumulatividade, regra geral para empresas do Lucro Real.

17. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2019	2018
Pessoal	(32.172.181)	(34.243.405)
Serviços de terceiros	(22.269.393)	(24.418.636)
Depreciação e amortização	(2.896.054)	(3.510.687)
Concessionárias de serviços públicos	(2.894.714)	(4.192.668)
Outros	(3.129.580)	(4.788.355)
Total	(63.361.922)	(71.153.751)

18. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Pessoal	(14.349.629)	(16.408.831)
Serviços de terceiros	(2.600.762)	(3.074.557)
Honorários da diretoria e do conselho	(628.076)	(1.036.370)
Concessionárias de serviços públicos	(666.388)	(616.588)
Materiais	(150.659)	(216.715)
Outros tributos e contribuições	(142.250)	(141.368)
Outros	(869.170)	(2.334.005)
Total	(19.406.934)	(23.828.434)

19. FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2019	2018
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	277.448	349.655
Rendimentos de aplicações financeiras	125.493	63.313
Descontos obtidos	7.215	88.351
Deduções s/ adesão ao PERT	-	-
Outras receitas financeiras	37.491	47.446
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(359.760)	(143.236)
Multas	(74.003)	(279.633)
Juros	(9.413)	(76.057)
Outras despesas financeiras	(45.399)	(63.524)
Total	(40.928)	(13.685)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados através da sistemática do lucro real anual com base no resultado contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária vigente.

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real, mais adicional de 10% (dez por cento). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido foi constituída a alíquota de 9% (nove por cento).

Imposto de renda e contribuição social – Correntes

Em 2019, a Companhia apurou IRPJ e CSLL nos montantes de R\$ 2.800.505 e R\$ 1.125.775, respectivamente. Em 2018, esses valores corresponderam a R\$ 1.677.337 e R\$ 621.382:

Lucro real

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	5.053.613	5.053.613	6.506.946	6.506.946
(+) Adições à base de cálculo	9.395.117	9.395.117	3.487.570	3.487.570
(-) Exclusões à base de cálculo	(1.940.114)	(1.940.114)	(130.394)	(130.394)
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-	(2.959.237)	(2.959.237)
(=) Base de cálculo	12.508.616	12.508.616	6.904.885	6.904.885
Alíquota oficial do tributo	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
(=) Tributo devido	3.103.154	1.125.775	1.702.221	621.382
(-) Outros incentivos fiscais	(302.649)	-	(24.844)	-
(=) Tributo apurado	2.800.505	1.125.775	1.677.337	621.382

Conforme comentado em Nota Explicativa 6, em 2018, a Administração da Companhia constatou que os requisitos para reconhecimento dos tributos diferidos não haviam sido atendidos e, portanto, os valores dos tributos, no Resultado, encontram-se líquidos dos benefícios fiscais decorrentes da compensação de prejuízo fiscal.

Em 2019, com o reconhecimento do montante de R\$ 2.779.879, no resultado, relativo aos créditos de prejuízos fiscais a serem compensados com lucros tributáveis futuros, os valores de despesa dos tributos foram reconhecidos antes da compensação de prejuízo fiscal.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros é determinada com base no valor dos ativos e do respectivo risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2019, o valor aproximado de cobertura da apólice vigente era de R\$ 30.956.018.